



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

O MOVIMENTO CONTRA USINAS DE ÁLCOOL NO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL (PANTANAL/MS)¹

ENILDA MARIA LEMOS²

Resumo: Este artigo trata do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS (1979-2009). Seu objetivo é analisar o papel deste movimento em MS. Faz isso por meio da interlocução do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS com o governo, o porta-voz do agronegócio. Constatou-se que o movimento lutou nos limites da sua base de origem burguesa e hoje está aniquilado. E que a resistência em defesa do Pantanal/MS deve ser uma resistência permanente. É importante compreender a questão ambiental no modelo de desenvolvimento agrário.

Palavras-chave: questão ambiental; modelo de desenvolvimento agrário; movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS.

THE MOVEMENT AGAINST ALCOHOL MILLS IN THE PANTANAL OF MATO GROSSO DO SUL (PANTANAL / MS)

Abstract: This article deals with the movement against ethanol plants in the Pantanal/MS (1979-2009). Its purpose is to analyze the role of this movement in MS. It does this between the interlocution of the movement against alcohol plants in the Pantanal / MS and the government, the agribusiness spokesperson. It could be verified that the movement has struggled t in the limit of its bourgeois origin base and it has been annihilated nowadays; and also, that the resistance in defense of the Pantanal / MS should be a permanent resistance. It is important to understand the environmental issue in the agricultural development model.

Keywords: environmental issue; agricultural development model; movement against alcohol plants in the Pantanal / MS.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho problematiza a questão ambiental no modelo de desenvolvimento agrário vigente e discute o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS, no período de 1979-2009, procurando trazer para o debate as conquistas e também as contradições desse movimento em Mato Grosso do

¹ Manteremos a denominação de usinas de álcool no Pantanal/MS para que não se confunda com usinas hidrelétricas.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Anhanguera. E-mail: <enildalemos1@gmail.com>

Sul (MS). O estudo é parte dos dados da Tese de doutorado que tratou do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS e tem como objetivo analisar o papel desse movimento nesse estado.

Mato Grosso do Sul tem como divisor de águas a Serra de Maracaju. De um lado encontra-se o bioma cerrado, pertencente à Bacia do Paraná (BP), no território de Mato Grosso do Sul; do outro lado está o bioma pantanal, pertencente à Bacia do Alto Paraguai (BAP), também no território de Mato Grosso do Sul. O solo e o clima, aliados à posição estratégica do estado, concorrem para que empresários da cana-de-açúcar coloquem as terras sul-mato-grossenses nas suas agendas de negócios. O estado de MS limita-se com cinco estados brasileiros: ao norte, Mato Grosso (MT); a nordeste, Goiás (GO) e Minas Gerais (MG); a leste, São Paulo (SP) e a sudeste, Paraná (PR), além de dois países sul-americanos: Bolívia e Paraguai. São Paulo e Paraná colocam o estado de MS próximo aos principais produtores e consumidores de cana-de-açúcar do país. Em tempos atuais, a cana-de-açúcar ocupa uma grande extensão de terras no MS, mas o estado não possui uma tradição histórica nessa lavoura.

A economia dessa região foi predominantemente marcada pela produção bovina, um elemento relevante neste trabalho, já que o boi trouxe rebatimentos para a formação do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS.

A bem da verdade, na década de 1960, o gado pantaneiro era a expressão da riqueza da parte sul do “velho” Mato Grosso³ (BRASIL, on-line, 1977) e na década de 1970, a soja e a cana-de-açúcar foram introduzidas em MS. Hoje, as monoculturas da cana-de-açúcar, da soja e do milho produzem mercadorias para o mercado mundial. A título de ilustração, a revista digital CanaOnline (2017, on-line) publicou matéria na qual informava que o açúcar vendido em MS “[...] para outros países rendeu US\$ 209 milhões neste primeiro semestre, aumento de 90% em relação ao mesmo período de 2016.”

É importante mencionar que a lavoura canavieira já veio para ocupar as terras da BP e da BAP. A exemplo disso, a Usina Passatempo (1982), em Rio

³ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pelo desmembramento da área de Mato Grosso, pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, e sua estrutura administrativa foi implantada em janeiro de 1979.

Brilhante (MS), localiza-se na BP e a Usina Aquarius, em Pedro Gomes (1979), hoje Sonora Estância S.A, está localizada na BAP, conforme indicam Thomaz Júnior; Domingues (2012, p. 144, on-line). A usina de álcool em Bodoquena seria instalada no Pantanal/MS⁴. Ocorre que, se a cana-de-açúcar fosse plantada no Pantanal/MS teria que dividir espaço com as pastagens do gado, o que está na base de origem do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS, que impediu a implantação da usina de Bodoquena. Interessante ressaltar que hoje, em lugar de a pecuária disputar as terras com a cana-de-açúcar, os produtores de gado arrendam suas terras para produtores da cana-de-açúcar, possibilitando, ao proprietário de terra, uma outra fonte de renda. Conquanto esta seja uma questão que mereceria aprofundamento, ela não constitui foco do tema em questão, razão por que não nos deteremos nela.

Para este artigo trazemos cinco depoimentos de entrevistas feitas com os seguintes ambientalistas de ONGs de Mato Grosso do Sul: um/a representante do CEDAMPO⁵, um/a da SOS Pantanal⁶, um/a da Associação Bálsamo⁷, um/a da ECOA⁸ e um/a militante que desponta no contexto, mas não quis falar em nome de sua entidade, a quem denominamos de líder ambientalista⁹. Trazemos, ainda, o depoimento de um/a representante do Partido dos Trabalhadores-PT¹⁰. Essas entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro a abril de 2013 e em julho de 2014, gravadas e transcritas para efeitos da Tese de doutorado. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi o instrumento utilizado para informar, aos participantes da pesquisa, o objetivo do trabalho e lhes garantir o resguardo de suas identidades. O projeto de pesquisa da Tese foi aprovado pelo Parecer CAAE: 05022612.0.0000.5495, sendo também aprovado seu relatório final.

⁴ A partir de agora substituiremos usina de álcool em Bodoquena, Pantanal/MS por usina de Bodoquena, Pantanal/MS.

⁵ Representante do CEDAMPO, entrevistado/a, em 10 de janeiro de 2013.

⁶ Representante da SOS Pantanal, entrevistado/a, em 18 de fevereiro de 2013.

⁷ Representante da Associação Bálsamo de Campo Grande (MS), entrevistado/a, em 7 de janeiro de 2013.

⁸ Representante da ECOA, entrevistado/a no dia 31 de julho de 2014.

⁹ Líder ambientalista, entrevistado/a, no dia 7 de abril de 2014.

¹⁰ Representante do PT na Assembleia Legislativa de MS, entrevistado/a, em 14 de março de 2013.

Também nos basearemos nos estudos sobre a Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS/1980-2005), segundo Barros (2006, p. 13), hoje, denominada de Associação Francisco Anselmo para Conservação da Natureza (FUCONAMSA¹¹); bem como estudos sobre as campanhas contra a implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS. Servimo-nos de referenciais teóricos como o de Marx (1985), que decifra a destrutividade da produção capitalista, Mészáros (2002), que explicita a “questão única” e Sant’Anna (2013), que chama a atenção para a interface do serviço social com a questão agrária.

2 A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO CONTRA USINAS NO PANTANAL/MS

O movimento contra usinas no Pantanal/MS se organizou com Astúrio Ferreira dos Santos¹² que levou à frente a luta contra a caça e a pesca predatória na região, entre 1974-1978 (LEMOS, 2004, p. 8-9); e com Arnaldo de Oliveira que realizou importantes ações ambientalistas na Universidade Estadual de Mato Grosso¹³ (LEMOS, 2004, p.1-2, 16-18). Astúrio, primeiro presidente da Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS/1980), coordenou, junto com Arnaldo, a campanha de Bodoquena (1980-1982), no Comitê de Defesa do Pantanal, obtendo a aprovação da Lei n. 328/1982, que dispõe sobre a Proteção e Preservação Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense e proíbe “[...] a instalação de destilaria de álcool ou de usina de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, [...]” (MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial, ano 4, n. 779, p.6, 26 fev. 1982) (LEMOS, 2004, p. 22-75). Com a edição da lei n. 328/1982, a campanha de Bodoquena (1980-1982) findou e o Comitê de Defesa do Pantanal foi desativado (LEMOS, 2016, p. 6-7). Ressaltamos que, a despeito de a FUCONAMS (1980) ter sido instrumento de luta da burguesia contra a

¹¹ Preferimos manter o nome Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS) para que não atrapalhe a leitura.

¹² A luta contra a caça e a pesca predatória (1974-1978) se deu em resposta à invasão de pescadores na chácara de Astúrio por pescadores e obteve apoio do governo e da sociedade.

¹³ A Universidade Estadual de Mato Grosso, hoje é a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

usina de álcool no Pantanal/MS, ela contribuiu de forma relevante para a resistência ambientalista em MS.

Enquanto a luta contra a caça e a pesca predatórias (1974-1978) foi uma resposta à invasão de pescadores na chácara de Astúrio (LEMOS, 2004, p. 8-9), a campanha de Bodoquena (1980-1982) também foi uma resposta à ameaça que a produção sucroalcooleira fez à produção bovina ali dominante (LEMOS, 2016, p. 8-9). Somam-se a essas lutas a Sociedade em Defesa do Pantanal (SODEPAN/1984), que foi uma articulação entre fazendeiros do Pantanal/MS para se defenderem da invasão de “coureiros” nas suas terras (LEMOS, 2004, p. 101)¹⁴. Essas três primeiras lutas nasceram sob o comando da burguesia¹⁵.

Com base nas três lutas concluímos que a lei n. 328/1982 não foi concebida e nem discutida no conflito de classes. Mesmo sendo uma lei de proteção do Pantanal/MS, ela protegeu interesses de criadores de boi nessa região. A iniciativa de uma legislação coube ao Comitê de Defesa do Pantanal (1980-1982), que apresentou um projeto de lei na Assembleia, assumido pelo deputado Ary Rigo e aprovado em 24/11/1981. O ex-governador Pedro Pedrossian (1980-1982)¹⁶ vetou esse projeto de lei nº 110/81, editou e aprovou a lei n. 328/1982 de proteção do Pantanal/MS. (LEMOS, 2016, p. 6).

Os registros apontam que Pedro Pedrossian só aderiu ao movimento contra o Projeto Bodoquena quando percebeu que os ambientalistas envolvidos na campanha de Bodoquena (1980-1982) tinham congregado, na FUCONAMS, as forças sociais que exprimiam a vontade popular, o que representou certa incoerência em seus princípios (LEMOS, 2004, p. 120).

Os governadores Zeca do PT (2003-2006)¹⁷ e Puccinelli (2007-2010)¹⁸ apresentaram seus projetos de usinas no Pantanal/MS para alterar a lei n. 328/1982 sem o menor escrúpulo. Nessa conjuntura, o movimento se

¹⁴ Os “coureiros” invadiam as fazendas do Pantanal/MS para caçar jacarés para o mercado internacional de peles de jacarés.

¹⁵ Na década de 1980 surgiram Associação da Pesca Amadora e de Preservação do Meio Ambiente (ASPADAMA/1988) e a Ecologia&Ação (ECO/1989). Hoje, a ECOA é a ONG que exerce a hegemonia no Estado, sendo reconhecida no cenário internacional.

¹⁶ Pedro Pedrossian (o último governador indicado pela ditadura militar) governou MS em 1980-1982 (segundo governo /1991-1994). Ele era a favor da usina e só aprovou a lei n. 328/1982 depois que viu a mobilização social.

¹⁷ José Orcírio Miranda dos Santos, Zeca do PT (1999-2002 / 2003-2006).

¹⁸ André Puccinelli (2007-2010 / 2011-2014),

reorganizou e barrou as propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS do governo de Zeca do PT (2003-2005). No ano de 2005, esse governador engavetou o projeto por causa do protesto de Francelmo (2005)¹⁹, que, ao ver a volta de tais propostas, ateou fogo em seu corpo²⁰. Esse acontecimento não foi algo sem sentido e significância. Francelmo dera um grito contra a destruição do Pantanal/MS e do meio ambiente (LEMOS, 2015, p. 104). Um ano após, Zeca do PT, de forma cínica e traidora, publicou a lei n. 3.335 de 21/12/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2006), que alterou a lei n. 328/1982 sem dar a menor satisfação às lideranças ambientalistas. Puccinelli (2007-200-10) retirou o seu projeto (quando negociou com o movimento em 2009) e rapidamente editou a lei n. 3839, de 28/12/2009, do Zoneamento Ecológico Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), que também alterou a lei n. 328/1982 (MATO GROSSO DO SUL, 2009, on-line). O autoritarismo de Zeca do PT e a truculência de Puccinelli marcaram os seus governos nessa luta. Quem ficou sabendo dessas alterações foram ambientalistas, pesquisadores, deputados da bancada do PT de MS e, talvez, um ou outro segmento social. Supomos que boa parte da sociedade sul-mato-grossense as desconhece (LEMOS, 2015, p. 94-132).

Cabe, ainda, mencionar que a implantação de usinas de álcool e açúcar em MS receberam incentivos do governo. As oito primeiras usinas de açúcar no estado (1979-1983) foram construídas sob a vigência do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), “[...] a fonte principal da instalação de unidades agroindustriais em Mato Grosso do Sul”. (THOMAZ JÚNIOR, DOMINGUES, 2012, p. 144, on-line). As propostas (2003-2005-2009) se deram quando aumentou a produção da lavoura canavieira, época de incentivos fiscais dos municípios, do estado e de apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no governo Lula (2003-2010). Como resultado desses incentivos em MS, a lavoura de cana-de-açúcar, que em “2003”

¹⁹ Francelmo, num ato público, deu a sua vida para salvar o Pantanal/MS. Isso ocorreu na esquina da rua Barão do Rio Branco com a rua 14 de Julho. Bem ali, onde os pioneiros ambientalistas se reuniam para traçar estratégias contra a usina de Bodoquena (década de 1980), local das manifestações sociais. Francelmo acreditou na causa que ele defendia.

²⁰ Após o ato de Francelmo, ambientalistas da FUCONAMS mudaram o nome da ONG para Associação Francisco Anselmo para Conservação da Natureza (FUCONAMSA), em homenagem a Francisco Anselmo Gomes de Barros.

ocupava “120.534ha”, saltou para “275.800ha”, no ano de “2008” (AZEVEDO, 2008, p. 31, on-line).

Para tentarmos identificar o movimento que as lideranças fizeram quando as campanhas (1980-1982/2003-2005-2000) findaram, traremos depoimentos colhidos nas entrevistas.

3 ALGUNS ELEMENTOS DO DISCURSO DOS AMBIENTALISTAS

Já ao término da campanha de Bodoquena (1980-1982), Wilson Barbosa Martins (que era assessor jurídico da FUCONAMS) e outras figuras do movimento, quando viram seus interesses garantidos na lei n. 328/1982, abandonaram a FUCONAMS. Wilson Barbosa Martins (1983-1986)²¹ levou Astúrio (presidente da FUCONAMS e um dos coordenadores da campanha de Bodoquena) para compor uma assessoria em seu governo.

Nas campanhas que se seguiram (2003-2005), pelos dados acessados, não demonstraram sinais de cooptação. Reafirmamos que o ato de Francelmo (2005) foi decisivo para que o governo se aquietasse. Porém, o período pós-campanha (2009) foi marcado pela ida de lideranças para o governo, como fora após a campanha de Bodoquena (1980-1982).

A partir de agora, traremos alguns elementos dos discursos de ambientalistas. Iniciaremos pelo/a líder ambientalista²² (7 abr. 2014), que conversou com o Ministro Carlos Minc (2008-2010) que levou “[...] a questão para o Conselho Monetário Nacional, onde se tem uma decisão que não permite financiar a construção de usinas de álcool na Bacia do Alto Paraguai” (informação verbal). Foi esse/a líder ambientalista que pensou no mote do “álcool sujo” do Pantanal. Ele/a (7 abr. 2014) frisou que “[...] o Ministro Carlos Minc conseguiu articular para que os grandes importadores da Europa e dos Estados Unidos não comprassem etanol e açúcar da Amazônia Legal [...] da planície e do planalto da BAP”, e que essa foi “[...] a grande chave para a grande vitória nesse panorama [...]” (informação verbal). De fato, a posição que o Minc assumiu é muito diferente do posicionamento de outros ministros que vão contra a atuação dos movimentos sociais, como faz Blairo Borges

²¹ Wilson Barbosa Martins governou MS (1983-1986/1995-1998).

²² Líder ambientalista, entrevistada/o, no dia 7 de abril de 2014.

Maggi, à frente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no atual governo Temer (2016-2018).

Se hoje o/a líder ambientalista é membro do Conselho Assessor da Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), isso se deveu à sua militância e habilidade de buscar inserção no ambientalismo internacional. Ele/a, que se destaca, também, por sua visão estratégica, tem a sua ação política limitada pela assessoria ao BID. Já que a sua liderança é reconhecida pelo movimento local, nacional e internacional, compreendemos que foi a assessoria ao BID que não o/a deixou falar em nome de uma ONG e, por isso, ele/a falou em seu próprio nome. Assim, seguramente, o movimento perdeu espaço para uma ação política mais combativa (LEMOS, 2015, p. 123).

O/a representante da Associação Bálsamo²³ (7 jan. 2013) indicou que “[...] a relação planalto e planície precisa ser bem cuidada [...]” mas não articulou uma discussão com a sociedade sobre este tema (informação verbal). Ele/a, que se notabilizou por meio de um trabalho de educação ambiental com peças de teatro, entre outros trabalhos ambientalistas que realizou, hoje, faz parte do legislativo municipal e, nessa condição, já não assume um posicionamento radical nas suas defesas como fazia na militância. Isso, de fato, me indignou como uma de suas eleitoras; e pode ter decepcionado outras/os tantas/os.

Também foi para o governo o/o representante da SOS Pantanal²⁴ (18 fev. 2013), que fez a seguinte afirmação: “[...] sempre visamos conscientizar a população e os políticos sobre o perigo que essas usinas vão trazer para o ecossistema da região” (informação verbal). É um discurso vago, sem sustentação teórica e sem clareza. Trocando a palavra “conscientização” por sensibilização, concordamos que o movimento chamou, sim, a atenção da sociedade para as usinas de álcool no Pantanal/MS, porém, somente ao tempo das campanhas. Fora desse tempo não houve mobilização em relação a essa temática, muito menos um trabalho educativo.

²³ Representante da Associação Bálsamo de Campo Grande (MS), entrevistado/a, em 7 de janeiro de 2013.

²⁴ Representante da SOS Pantanal, entrevistado/a, em 18 de fev. 2013.

O/a representante do CEDAMPO²⁵ (10 jan 2013) se diferencia dos outros/as líderes entrevistados/as por vir do movimento social. Ele/a fez questão de dizer que, no impasse entre o governo e o movimento que ocorreu em 2009, o CEDAMPO “[...] estava coordenando a mobilização [...]” (informação verbal). Na votação para decidir se o movimento iria para o protesto ou se negociaria com Puccinelli (2009), segundo ele/a (10 jan 2013) “[...] os movimentos que não são radicais votaram pela negociação” (informação verbal). O movimento ambientalista foi um deles; por conseguinte, o “racha” enfraqueceu a resistência. Foi notável a coerência do/a representante do CEDAMPO com a sua luta, pois os dados pesquisados não indicaram qualquer sinal de cooptação.

Outro entrevistado que não foi cooptado foi o/a representante do PT²⁶ (14 março 2013), que criou a Frente Parlamentar em Defesa do Pantanal (23/06/2005) a partir de “[...] uma articulação interna na Assembleia [...] por ocasião da primeira apresentação do projeto, ainda no governo Zeca do PT” (informação verbal). O que o/a representante do PT chamou de primeira apresentação foi a tentativa de o governo Zeca do PT (2003-2006) implantar usinas em 2005; cabe lembrar que em 2003 já haviam ocorrido duas tentativas. Esse/a representante do PT (14 mar. 2013) destacou:

As alterações da legislação do Mato Grosso do Sul entraram em conflito com a legislação federal, que proíbe a instalação de usinas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai (Resolução do CONAMA) e o plantio da cana no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai (Zoneamento Agroecológico Econômico no Brasil). A legislação federal é superior e mais restritiva, o que a faz prevalecer sobre a legislação estadual. É por isso que a bancada do PT na Assembleia apresentou representação junto ao Ministério Público Federal contestando as alterações da Lei 328/82, logo após a aprovação do projeto no final de 2009 (informação verbal).

Ele/a abraçou a causa até contestar as alterações da lei n 328/1982, feitas pelo ZEE/MS (lei n. 3839, de 28/12/2009). Essa contestação não teve resposta e o ZEE/MS (2009) continuou inalterado. Mais uma vez o governo criou brechas numa lei estadual para favorecer o setor sucroalcooleiro. Este/a parlamentar esteve em evidência na campanha (2005) mantendo uma

²⁵ Representante do CEDAMPO, entrevistado/a, em 10 de janeiro de 2013.

²⁶ Representante do PT na Assembleia Legislativa de MS, entrevistado/a, em 14 mar. 2013.

participação expressiva na defesa do Pantanal/MS, como faz com outras bandeiras políticas. Esse/a parlamentar/educadora é reconhecido/a por assistentes sociais, professores e outros segmentos da sociedade sul-matogrossense pelo posicionamento político que vem assumindo nos seus diversos mandatos.

O que vimos nesses discursos é que os/as ambientalistas trataram a questão das usinas de álcool no Pantanal/MS em si mesma. Nenhum/a deles/as fez qualquer relação das usinas com o modelo de desenvolvimento agrário, tampouco com o modelo de produção do agronegócio. Portanto, nas campanhas (2003-2005-2009), a militância sabendo ou não, defendeu o Pantanal/MS não colocando em questão o modelo de produção do agronegócio.

Por outra parte, o governo cooptou as lideranças para acabar com o movimento. Num cenário de flexibilização de legislações ambientais, de regressão de direitos sociais e trabalhistas, o estado de MS já preparou o campo para futuras usinas de álcool no Pantanal/MS, alterando a lei n. 328/1982. Os dados demonstraram que a cooptação das lideranças dificultará mais ainda uma reorganização do movimento que possa vir futuramente.

4 AFINAL, QUE MOVIMENTO É ESSE?

No estudo que fizemos sobre o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS, foi importante conhecermos a sua gênese porque ela nos permitiu compreender o motivo pelo qual o movimento se configurou como campanhas. Sabemos que as campanhas têm um tempo para acontecer visto que o capital tem pressa para alcançar os seus lucros. Isto quer dizer que as campanhas (1980-1982/2003-2005-2009) se ajustaram ao tempo do capital.

Em vista disso, o movimento não buscou construir um projeto para se libertar do seu vínculo de origem com a propriedade privada, como deixaram ver alguns depoimentos. Se assim fosse, ele teria ido atrás de outros elementos para a sua orientação política. Não tivemos relatos/registros de uma reflexão mais crítica voltada para o modelo agrícola do agronegócio e para a gênese do movimento. Sem uma agenda de lutas própria, o movimento se inseriu nas pautas do governo, o porta voz do agronegócio.

Quando o/a representante do CEDAMPO (10 jan 2013) afirma: “[...] ainda achamos que vai ter mais tentativa [...] o empresário vai e volta, ele tenta [...]” (informação verbal), possivelmente estará dizendo, nas entrelinhas, que o movimento se rearticulava somente mediante as demandas do governo. O/a representante da ECOA²⁷ (31 jul. 2014), por seu turno, afirmou: “[...] agora o nosso foco é a hidrovía e as hidrelétricas, que são empreendimentos que estão atuando novamente e o impacto deles é imensurável e muito diferente da cana” (informação verbal). Concordamos com a necessidade de o movimento estabelecer prioridades devido, principalmente, ao acúmulo de demandas. O que estamos dizendo é que esse depoimento sinalizou que, de fato, o movimento não teve a intenção de romper com o seu modo de se reorganizar a partir das propostas do governo. Assim, ele tendeu muito mais para a conciliação do que para a rebeldia.

Com base em Mészáros (2002, p. 96), concluímos que o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS foi modelado nos “[...] movimentos de questão única [...]”, isto é, na ausência de um projeto de sociedade para defender, o movimento atuou somente na “consequência”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 179). Sem um projeto de sociedade para defender, a sua capacidade de reunir entidades sociais e outros segmentos da população não potencializou uma articulação política de enfrentamento aos projetos capitalistas para a BAP.

Marx (1985, p. 102) desvenda que a produção capitalista “[...] só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente toda a fonte de riqueza: a terra e o trabalhador”. A partir de Marx (1985, p. 102), podemos pensar que a destrutividade do modelo de produção do agronegócio é um determinante da questão ambiental. Ocorre que isso não consta nem mesmo dos depoimentos do/a representante do CEDAMPO, que, como uma ONG social, trouxe elementos socioambientais para o movimento.

A dimensão socioambiental consegue orientar lutas contra projetos capitalistas que olham somente para o mercado mundial. Porém, como ela não traz o modelo de produção do agronegócio para o debate, orienta ações locais

²⁷ Representante da ECOA, entrevistada/o, no dia 31 de julho de 2014.

atribuindo a cada um/uma a responsabilidade pelo equilíbrio do ambiente, em conformidade com o neoliberalismo.

A produção do agronegócio em grandes propriedades utiliza veneno não somente nas lavouras de cana-de-açúcar, milho e soja, entre outras monoculturas; mas, também nos alimentos (por exemplo, nas hortaliças e frutas) que fazem mal para a saúde de trabalhadores/as e para a população, e, dessa forma, o agronegócio está presente no campo e na cidade. No entanto, a ideologia dominante apresenta a questão agrária como uma coisa lá de fora, que não tem nada a ver com o nosso cotidiano na cidade.

Não é muito fácil apreender a questão agrária como uma questão de fundo. Sant'Ana (2013, p. 122) explicita essa dificuldade²⁸, quando afirma que a interface do serviço social “[...] com a realidade agrária se dá pela discussão ambiental [...]”. Então, não dá para pensar na questão ambiental como a ideologia burguesa nos impõe, ou seja, sem fazer a relação dela com o modelo de desenvolvimento agrário²⁹. Precisamos recorrer ao pensamento clássico, como já mencionado, para colocarmos em xeque as nossas convicções burguesas.

Se o movimento percebeu a questão ambiental como uma questão em si mesma, ele se constituiu como um movimento de “questão única” e, por conseguinte, numa Frente. Como uma Frente, a luta em defesa do Pantanal/MS refletiu também posições de classe e de interesses poderosíssimos, portanto, não possui um projeto de resistência às usinas de álcool no Pantanal/MS. Também não colocou em pauta as desigualdades já postas na condição de vida e de produção de pequenos/as agricultores/as, indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as e do peão pantaneiro, lembrando que todos eles/as têm um outro modo de vida.

O que os dados revelaram sobre os limites dessa Frente não significa que ela perdeu a sua importância histórica nessa luta em MS. Sabemos que, nessa sociabilidade, as instituições e os movimentos sociais são espaços de

²⁸ No meu processo de formação continuada atentei-me para a questão agrária quando me dei conta que a questão ambiental é fruto do modelo de desenvolvimento agrário.

²⁹ Importante realçar que o GTP4 “Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) discute a questão ambiental no modelo de desenvolvimento agrário e urbano.

contradição. O que mostrou que a Frente não foi mais combativa e nem propositiva foi a direção social que orientou suas ações e as condições objetivas em que ela atuou.

Desde o seu início, a Frente atuou na contradição. Se de um lado a Frente conseguiu aprovar a lei n. 328/1982 e bloqueou a entrada de usinas de álcool no Pantanal/MS, de outro lado não impediu que Zeca do PT (2003-2006) e Puccinelli (2007-2010) fizessem alterações nessa mesma lei. Essas alterações fazem parte do processo atual de flexibilização na legislação ambiental, de flexibilização do veneno, entre outras.

De fato, as campanhas (1980-1982/2003-2005-2009) eram voltadas especificamente para a destruição do bioma pantanal com pouca atenção para as comunidades. Como vimos, o CEDAMPO, ainda, tratou o meio ambiente deslocado do processo de produção, muito embora contribuísse de forma distinta por trabalhar a dimensão social. A Frente, então, não discutiu as usinas de álcool no Pantanal/MS como uma condição econômica do agronegócio em MS, visto que não acessou o interior das relações de produção. Os governos aproveitaram as desmobilizações da Frente e flexibilizaram a lei n. 328/1982 criando facilidades para o agronegócio no Pantanal/MS.

Este estudo demonstrou que a lei n. 328/1982 regula, em certa medida, o uso do Pantanal/MS. Sobre as alterações que os governos Zeca do PT (2003-2006) e Puccinelli (2007-2010) fizeram, nesta mesma lei, este estudo revelou que a lei n. 328/1982, de fato, é constitutiva do agronegócio sucroalcooleiro em MS. Portanto, a lei n. 328/1982 foi uma mediação do agronegócio (capital) e, nessa condição, em momento nenhum pretendeu a transformação das relações sociais. Ciente disso, concluímos que os governos se curvaram à militância quando precisaram mostrar a sua imagem socioambiental para obter credibilidade no mercado internacional.

É a discussão na perspectiva crítica que consegue apreender que a igualdade social só é possível se mudar a base produtiva. O conhecimento referenciado na teoria marxiana nos permite olhar criticamente para as alterações da lei n. 328/1982 e para a própria derrocada da resistência; ambas seguem o neoliberalismo. Esse conhecimento crítico dará base para

construirmos coletivamente argumentações que nos levem a pensar sobre o que podemos fazer como estratégia coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostra que a luta contra a caça e a pesca predatórias (1974-1978), a campanha de Bodoquena (1980-1982) e a luta contra os “coureiros” (1984) são expressões do interesse de classe, na origem do movimento ambientalista em MS. (LEMOS, 2004, p. 8-9, p. 26-77, p. 101). As três primeiras lutas deixaram claro que o movimento ambientalista em MS foi se atomizando, à medida que a burguesia pantaneira se sentia ameaçada por outras frentes de produção.

Uma particularidade que pude constatar, em meu estudo, é que o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS foi uma condição econômica da burguesia. A ida de alguns fazendeiros para a FUCONAMS, por medo de que o boi perdesse o domínio único na economia da região, determinou a gênese do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS e a realização de sua luta por campanhas.

O movimento articulou a campanha de Bodoquena (1980-1982) e as campanhas (2003-2005-2009) que, por sua vez, permitiram que a militância alcançasse elementos da realidade que estavam à vista. Como o movimento não construiu um projeto de resistência, assumiu as características de uma Frente. Em vez de discutir as usinas de álcool no Pantanal/MS como uma condição econômica do agronegócio em MS, a Frente resumiu a sua luta em barrar as propostas do governo, portanto, a sua luta se encerrava com o término das campanhas.

A pesquisa de campo evidenciou que a configuração da luta por campanhas (1980-1982/2003-2005-2009) e a cooptação de lideranças são vínculos da sua base de origem. O processo de cooptação de lideranças teve, de um lado, as condições de vida e de trabalho das lideranças e, de outro lado, a necessidade imperativa de o Estado, o porta voz do agronegócio, acabar com a resistência. E, isso tem tudo a ver com a sociedade burguesa.

O grande desafio é reavivar essa luta trazendo para a sociedade fatos como as mobilizações, o protesto de Francelmo e a própria lei n. 328/1982 com

as alterações já efetivadas. A sociedade não acompanha o desenrolar da lei n. 328/1982 e, certamente, algumas pessoas nem a conhecem. Conhecer esse processo é condição para construirmos coletivamente uma resistência crítica que possa pensar sobre articulações de enfrentamento de próximas investidas do capital na BAP. Já vimos as reinvestidas em usinas sucroalcooleiras e hidrelétricas e na hidrovia Paraná-Paraguai, em curso. Enquanto assistimos ao aniquilamento dessa Frente, em MS, o governo vai criando mecanismos para entregar o Pantanal/MS para o agronegócio.

Vivemos um momento de condições precárias de trabalho, baixos salários, aumento de desemprego, crescimento dos ataques aos direitos sociais e às políticas públicas, de desmobilização e de criminalização dos movimentos sociais, bem como da vontade política de acelerar a entrada de agrotóxico no Brasil. Essas condições, em MS, e a derrocada da resistência das usinas de álcool no Pantanal/MS trazem enormes prejuízos sociais, notadamente, para as comunidades que vivem no e do Pantanal/MS. Devido ao enfraquecimento da luta, a lei n. 328/1982 foi sendo modificada sem nenhuma resistência.

Nós, assistentes sociais de MS, temos o dever de colocar esse tema em pauta nos nossos espaços sócio-ocupacionais, na formação acadêmica e nos debates coletivos promovidos pelas nossas entidades (ABEPSS,³⁰ CFESS/CRESS³¹). Em especial, devemos apoiar e participar das ações políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais rurais que lutam pela reforma agrária (CFESS/CRESS, 2017, on-line). E nos unir a outros sujeitos coletivos a fim de divulgar para a sociedade sul-mato-grossense a ameaça que o agronegócio vem fazendo ao Pantanal/MS com a sua forma destruidora de produzir.

Os nossos espaços coletivos criam potências para fazermos o debate crítico sobre a base produtiva das apropriações do agronegócio na BAP, não somente no território de MS. Mais do que nunca a teoria marxiana é a que nos ajuda a apreendermos as mediações do agronegócio em MS e, também, a que

³⁰ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

³¹ Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social.(CRESS).

sustenta a nossa organização política, a fim de lutarmos por um serviço social crítico que olha para a questão agrária.

O debate ambiental na direção social do nosso projeto profissional só faz sentido se estiver colado a um modelo de desenvolvimento agrário, que defende a pequena agricultura, que produz em ambientes vivos e para a vida. Isso deve servir para reavivar as lutas políticas pelo acesso ao Pantanal/MS e outros biomas como um bem natural. Ao fortalecer a nossa organização política para assumirmos o compromisso em defesa das comunidades que são marcadas pelas desigualdades e que têm um outro jeito de viver, estaremos defendendo o nosso projeto profissional que luta pelo acesso aos direitos sociais na perspectiva de uma outra sociabilidade. A luta em defesa do Pantanal/MS não pode cair no esquecimento, porque essa é uma luta por um outro modo de vida.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Roberto Nunes. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul**: Relação capital x trabalho e reconfiguração espacial. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2008. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2008%20Dissertação%20-%20UFGD%20José%20R.%20N.%20Azevedo.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BARROS, Francisco Anselmo Gomes de. **Terra, até quando?**. 2. ed. Campo Grande, MS: Saber, 2006.

CFESS; CRESS. Deliberações Eixo Seguridade Social. In: 46º ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 2017, Brasília. **Relatório Final**. Brasília, 2017. p. 21. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

LEMOS, Enilda Maria. O movimento ambientalista liderado pela Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS). In: 15 ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2016, Ribeirão Preto, SP, 2016. **Anais**. Ribeirão Preto, SP, 2016, p. 1-12. 1 CD-ROM.

_____. **O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009)**: um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS. 2015. Tese (Doutorado

em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2015.

_____. **A Fundação para conservação da natureza de Mato Grosso do Sul (Fuconams) e as origens do movimento ambientalista no Estado: 1979 a 1989.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande, MS, 2004.

MARX, karl. Maquinaria e grande indústria, capítulo 13. In: _____. **O capital: crítica à economia política.** Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova cultura, 1985, p. 7-102.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Lei n. 3839 de 28 de dezembro de 2009. Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Mato Grosso do Sul, 2009. Disponível em: <https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612_29_12_2009_SUP01.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. Lei nº 3335, de 21 de dezembro de 2006, altera a lei nº 328, de 25 fev. 1982. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Mato Grosso do Sul, 1982. Disponível em: <https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO6874_22_12_2006.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. Lei n. 328, de 25 de fevereiro de 1982. Dispõe sobre a proteção e preservação ambiental do Pantanal Sul-Matogrossense. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Mato Grosso do Sul, ano 4, n. 779, p. 6, 26 fev. 1982.

MÉSZÁROS, István. As origens da reprodução sociometabólica do capital. In: _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Unicamp, 2002. p. 94-132.

_____. Causalidade, tempo e formas de mediação. In: _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Unicamp, 2002. p. 175-204.

SANT'ANA, Raquel Santos. Serviço Social e trabalho rural: as interfaces do modelo de desenvolvimento agrário no cotidiano profissional. In: SILVA, J. F. S. da; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e serviço social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 111-129.

SETOR de cana-de-açúcar é destaque no aumento da exportação de industrializados em MS. **CanaOnline**, Campo Grande, 17 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.canaonline.com.br/conteudo/setor-de-cana-de-acucar-e>>

destaque-no-aumento-da-exportacao-de-industrializados-em-
ms.html#.WrUqe0xFzIU>. Acesso em: 5 jul. 2018.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio; DOMINGUES, Alex Torres. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 34, p.138-160, jan./jul.2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/459/1818>>. Acesso em: 5 jul. 2018.